

**RE nos EDcl no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 6.693 - RS
(2011/0050167-7)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : MARIOVANE GOTTFRIED WEIS
ADVOGADOS : GLADIMIR CHIELE E OUTRO(S) - RS041290
ADRIANO PIRES MORAES E OUTRO(S) - RS040380
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL**

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
RESPONSABILIDADE PENAL E
POLÍTICO-ADMINISTRATIVA PREVISTA NO
DECRETO-LEI 201/1967 POR ATO DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA TIPIFICADO NA LEI 8.429/92.
AUTONOMIA DAS INSTÂNCIAS. **TEMA 576/STF.**
ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM
O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM
REPERCUSSÃO GERAL. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 804):

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. PUBLICIDADE. PROMOÇÃO PESSOAL. LEI DE IMPROBIDADE. PREFEITO. APLICABILIDADE. DECRETO-LEI Nº 201/67. INCIDÊNCIA CONCOMITANTE COM A LEI Nº 8.429/92. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) aplica-se a prefeito, máxime porque a Lei de Crimes de Responsabilidade (1.070/50) somente abrange as autoridades elencadas no seu art. 2º, quais sejam: o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República. Precedentes.

2. O Tribunal de origem, com fundamento nas provas colhidas, concluiu que as campanhas publicitárias realizadas pelo agravante foram "destinadas à promoção pessoal" (fl. 587). Alterar esse entendimento esbarra na Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 851/855).

Em suas razões, o recorrente aponta, preliminarmente, repercussão geral da matéria discutida e, no mérito, aduz violação aos artigos 5º, incisos XXXV, LIV e LV,

37, **caput** e parágrafos 1º e 4º, e 93, inciso IX, todos da Constituição Federal.

Sustenta, para tanto, que o v. aresto vergastado incorreu em inconstitucionalidade ao haver considerado aplicável ao recorrente - qualificado como Prefeito Municipal, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.242/92).

Aduz o insurgente, que na condição de chefe do executivo municipal, *"deveria apenas e tão somente, em tese, responder por crime de responsabilidade, nos termos do art. 1º, I, do Decreto-Lei 201/67, não podendo ser duplamente condenado pelo mesmo fato até mesmo porque sua responsabilização como AGENTE POLÍTICO não pode ser semelhante a dos agentes públicos e servidores em geral, sob pena de total violação ao próprio parágrafo 4º, do artigo 37, da CF/88, oportunidade em que deveria ser extinto o feito, sem julgamento de mérito, forte no inciso VI, do artigo 267, do CPC"* (fl. 945 e-STJ)

O prazo para a apresentação de contrarrazões transcorreu **in albis** (fl. 954).

Em um primeiro juízo de admissibilidade, o então Ministro Vice-Presidente desta Corte houve por bem admitir o apelo, razão por que foi feito encaminhado ao Supremo Tribunal Federal.

Por meio de expediente avulso, formado pela petição n.º 00104792/2020, o recorrente informa a existência de decisão da Suprema Corte e requer nova e imediata apreciação do apelo extraordinário.

Por determinação desta Vice-Presidência, foram prestadas informações pela Coordenadoria competente, à fl. 991, das quais se extrai que o apelo encaminhado ao STF foi lá apreciado, tendo o eminente Relator decidido por retornar os autos a esta Corte para o fim de se aplicarem os comandos do art. 1.030 do CPC/2015.

É o relatório.

Decido.

Extraí-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que decidiu que o fundamentos do acórdão de segundo grau estão em consonância com o entendimento jurisprudencial, já que "a Lei de Improbidade Administrativa é aplicável aos prefeitos municipais que respondem tanto nos termos do Decreto-Lei nº 201/67 quanto nos termos da Lei nº 8.429/92." (fl. 807).

E, ao assim decidir, verifica-se que esta Corte Superior de Justiça acolheu o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE n. 976.566/PA, sob a sistemática da repercussão geral, em que se firmou a tese de que **"o processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) não impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias"** (Tema 576/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

CONSTITUCIONAL. AUTONOMIA DE INSTÂNCIAS. POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO PENAL E POLÍTICA ADMINISTRATIVA (DL 201/1967) SIMULTÂNEA À POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DEVIDAMENTE TIPIFICADO NA LEI 8.429/92. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. 1. "Fazem muito mal à República os políticos corruptos, pois não apenas se impregnam de vícios eles mesmos, mas os

infundem na sociedade, e não apenas a prejudicam por se corromperem, mas também porque a corrompem, e são mais nocivos pelo exemplo do que pelo crime” (MARCO TÚLIO CÍCERO. Manual do candidato às eleições. As leis, III, XIV, 32). 2. A norma constitucional prevista no § 4º do art. 37 exigiu tratamentos sancionatórios diferenciados entre os atos ilícitos em geral (civis, penais e político-administrativos) e os atos de improbidade administrativa, com determinação expressa ao Congresso Nacional para edição de lei específica (Lei 8.429/1992), que não punisse a mera ilegalidade, mas sim a conduta ilegal ou imoral do agente público voltada para a corrupção, e a de todo aquele que o auxilie, no intuito de prevenir a corrosão da máquina burocrática do Estado e de evitar o perigo de uma administração corrupta caracterizada pelo descrédito e pela ineficiência. 3. A Constituição Federal inovou no campo civil para punir mais severamente o agente público corrupto, que se utiliza do cargo ou de funções públicas para enriquecer ou causar prejuízo ao erário, desrespeitando a legalidade e moralidade administrativas, independentemente das já existentes responsabilidades penal e político-administrativa de Prefeitos e Vereadores. 4. Consagração da autonomia de instâncias. Independentemente de as condutas dos Prefeitos e Vereadores serem tipificadas como infração penal (artigo 1º) ou infração político-administrativa (artigo 4º), previstas no DL 201/67, a responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa é autônoma e deve ser apurada em instância diversa. 5. NEGADO PROVIMENTO ao Recurso Extraordinário. TESE DE REPERCUSÃO GERAL: “O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) não impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8.429/1992, em virtude da autonomia das instâncias”.

(RE 976566, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 13/09/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-210 DIVULG 25-09-2019 PUBLIC 26-09-2019)

Dessarte, consoante determinação do Pretório Excelso, o aresto impugnado está em conformidade com o julgamento do Supremo Tribunal Federal exarado em regime de repercussão geral (Tema 576/STF), cumprindo ainda esclarecer que a discussão acerca da violação dos artigos 5º, incisos XXXV, LIV e LV, 37, **caput** e parágrafos 1º e 4º, e 93, inciso IX, todos da Constituição Federal, no presente caso, resta toda ela absorvida pelo contexto do julgamento do RE n. 976.566/PA.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", segunda parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente